

## **JUVENTUDE, CIDADANIA E CULTURA CÍVICA**

**Aluna: Julia Ventura**

**Orientadora: Angela Maria de Randolpho Paiva**

### **Introdução**

A pesquisa desenvolvida está situada num contexto de análise das ciências sociais cuja relevância sociológica e cuja urgência política cresce cada vez mais na realidade brasileira. Trata-se de uma indagação sobre os padrões de comportamento da sociedade civil brasileira no que se refere à participação na vida pública do país e ao relacionamento estabelecido objetiva ou subjetivamente entre os brasileiros e suas instituições sócio-políticas. A preocupação em avaliar o empreendimento democrático na nossa sociedade é o grande eixo que fundamenta este trabalho na medida em que o papel e o funcionamento das instituições democráticas têm sido bastante criticados tanto pela sociologia quanto pelo senso comum por não terem conseguido ainda galgar os resultados de igualdade e justiça sociais e de liberdade individual almejados pelos ideais de cidadania na modernidade. Os temas da mobilização e da cultura cívica tornam-se, deste modo, fundamentais para a compreensão desta problemática, pois entende-se que uma sociedade civil organizada e participativa tem papel determinante na reivindicação por políticas públicas que visem a concretização da cidadania. Portanto, como a camada jovem da população brasileira aparenta apresentar tendências comportamentais de desmobilização e de desinteresse em relação aos meios coletivos tradicionais de participação na construção e na mudança da realidade social, esta pesquisa escolheu, justamente, se concentrar na análise da cultura cívica desta faixa etária, por acreditar que o papel da juventude enquanto ator social é fundamental na conquista democrática em nossa sociedade através destes ou de novos canais.

### **Objetivos**

Nossa pesquisa tem como objetivo analisar de que forma os jovens estudantes das redes pública e particular de ensino da cidade do Rio de Janeiro avaliam a cidadania brasileira, segundo a análise de temas tais como direitos, participação e organização coletiva, confiança nas instituições democráticas, medos e expectativas de futuro, dentre outros. A preocupação em contemplar rede pública e particular de ensino tem o objetivo de tentar perceber possíveis diferenças de visões e de vivências de mundo que venham a existir segundo as diferentes realidades que a desigualdade social brasileira acarreta aos alunos destas redes. A opção metodológica de pesquisar escolas particulares de excelência que concentram alunos das classes mais ricas e as escolas públicas dos mesmos bairros das primeiras cujo público majoritário é composto por alunos mais pobres adveio desta preocupação. Ao realizar esta divisão, tenta-se perceber de que forma estes grupos, que representam de um lado, uma parcela incluída e de outro, uma parcela à margem do acesso aos bens sociais, entendem e experimentam a cidadania.

Diante do fato de que o objeto de estudo desta pesquisa é uma parcela populacional que nasceu e cresceu sob as promessas e práticas de um regime democrático, a hipótese que logo se apresenta é a de que, tendo liberdade para a organização e participação coletivas na defesa dos interesses públicos, coletivos e particulares, a juventude brasileira teria condições de assumir um papel atuante na construção da cidadania. Entretanto, o que se percebe no senso comum é o distanciamento da juventude das formas tradicionais de participação assim como

uma descrença generalizada dos jovens nas instituições democráticas e republicanas. Pretende-se, portanto, capturar suas impressões sobre essas questões sob o pretexto de compreender como os jovens de hoje estão se inserindo neste debate e neste processo. Estarão surgindo novas formas de participação e de organização? As instituições tradicionais ainda são legítimas perante as expectativas desta parcela populacional? Quais são suas críticas? E, principalmente, sob a chave analítica das diferentes realidades dos jovens ricos e pobres das mesmas regiões da cidade do Rio de Janeiro, tentar-se-á perceber as possíveis desigualdades existentes no acesso à democracia e à cidadania refletidas sobre a juventude analisada.

### **Metodologia**

Para capturar tais impressões desenvolveu-se um questionário que contemplasse as indagações acima apresentadas. Este questionário foi aplicado por alunas de iniciação científica a partir de 2004 até o término de 2006 em 24 escolas, 11 públicas e 13 particulares, contabilizando um *survey* com um total de mil questionários respondidos por jovens alunos com idade acima de 16 anos (geralmente entre 16 e 18 anos, com poucas exceções que ultrapassaram esta idade). O processo de coleta de dados foi um período bastante gratificante da pesquisa por ter sido muito bem recebido pelas escolas pesquisadas, tendo, inclusive, gerado uma interessante comunicação entre escolas e universidade através do desdobramento de uma apresentação dos resultados obtidos para o Colégio Teresiano. Novas propostas de apresentação dos resultados deverão ser agendadas em período posterior segundo a demanda e aceitação das escolas, pois um dos objetivos desta pesquisa é o de retornar às escolas com as análises e resultados realizados. Este objetivo pretendemos realizar na etapa final desta pesquisa que, tendo sido renovada, se encerrará após o cumprimento das atividades previstas para o próximo ano.

Paralelamente à coleta de dados, realizaram-se também entrevistas com grupos de aproximadamente 12 alunos escolhidos aleatoriamente em 15 escolas, 8 particulares e 7 públicas, escolhidas entre as 24 totais. Estes grupos focais visaram aprofundar as reflexões dos jovens acerca dos temas desenvolvidos mais parcialmente no questionário.

As escolas escolhidas se concentram nas regiões da Zona Sul, da Barra da Tijuca e da Tijuca. A escolha destes bairros obedeceu ao desdobramento dos objetivos da pesquisa, pois as escolas particulares de excelência, que foram o primeiro alvo de nossas indagações, se encontram majoritariamente nestas regiões consideradas tanto no senso comum quanto pelos indicadores de desenvolvimento humano (IDH/bairro) as áreas mais desenvolvidas da cidade. A opção seguinte pelas escolas públicas se deu posteriormente à escolha de investigação das particulares de excelência. E, considerando que dentro do escopo das escolas da rede pública existem grandes diferenças entre as escolas convencionais e as chamadas escolas de aplicação ligadas a universidades ou ao MEC, optamos ainda por analisar estas escolas em separado, para que os dados não fossem comprometidos com a heterogeneidade do objeto.

A partir do ano de 2007, com a coleta de dados terminada, intensificou-se o trabalho de tabulação das informações contidas nos questionários para um *survey* através de um programa estatístico para pesquisa social chamado SPSS for Windows. Neste período deu-se também o trabalho de transcrição das entrevistas realizadas para que a posterior análise destas informações pudesse se iniciar. Como preparo para o início das análises, foi necessário todo um investimento em aprofundar a bibliografia referente ao tema da pesquisa para que as interpretações e reflexões acerca das informações obtidas estivessem bem fundamentadas e coerentes com o debate atual. Para tanto, foram realizadas leituras orientadas e fichamentos de textos de autores considerados fundamentais, assim como também foram realizados encontros periódicos com demais alunos interessados nesta pesquisa teórica, com o monitoramento da aluna de iniciação científica e com orientação da professora orientadora desta pesquisa, sobretudo para que a literatura básica fosse também revisada. Tanto esta literatura básica que

é pressuposto teórico desta pesquisa, quanto as leituras mais específicas que foram realizadas individualmente pela orientanda visando aprofundar o debate serão apresentadas adiante quando formos tratar do referencial teórico da pesquisa.

No momento, a pesquisa se encontra, justamente, na etapa de análise preliminar dos resultados. Alguns resultados já percebidos serão relatados adiante na parte referente à apresentação de conclusões. Entretanto, ainda há muito que explorar, seja para que se esgote a quantidade de variáveis contidas no banco de dados, seja para que se criem novas formas de interpretar as mesmas variáveis, segundo as inúmeras possibilidades de cruzamento de dados e segundo a relevância da escolha dos mesmos. Esta será a tarefa que será desempenhada na etapa final desta pesquisa, juntamente com a tentativa de retorno às escolas (como já mencionado acima) e juntamente à apropriação de mais bibliografia qualificada para o debate. Ainda é objetivo deste trabalho render reflexões e interpretações que possam se desdobrar numa publicação.

### **Referencial teórico**

Para tratarmos deste debate com apropriada reflexão e interpretação teórica, a pesquisa se baseou no estudo sistemático de diversos autores fundamentais para a discussão dos temas da cidadania e da cultura cívica, seja num debate conceitual, seja numa reflexão aplicada à realidade brasileira. A discussão sobre juventude também é de extrema relevância, pois, em se tratando de nosso objeto de estudo, é necessário compreender como se tem pensado a juventude enquanto ator social.

#### Cidadania:

O conceito de cidadania que será utilizado aqui possui três dimensões importantes para seu entendimento. A primeira, a dimensão histórica do conceito, nos lembra o quão necessário é contextualizar a discussão sobre cidadania de acordo com a época e o local onde as respectivas reflexões foram desenvolvidas. A segunda, a dimensão sociológica, nos ajuda a perceber a importância de não naturalizar o conceito, pois a cidadania é, antes de tudo, uma construção social. A terceira, por fim, é a dimensão política, que relaciona os entendimentos produzidos sobre cidadania com a prática deliberativa através de políticas públicas e legislação coerentes a esta defesa. A reflexão de Marshall (1967) sobre a construção da cidadania na Inglaterra é um exemplo de como estas três dimensões devem se relacionar para a produção do conceito. O autor relaciona a cidadania com a conquista de direitos por parte do povo inglês e verifica que esta conquista naquele contexto seguiu um caminho quase “natural” através do qual se deu a dignificação do sujeito de direitos, do cidadão propriamente dito. Deixo de lado toda a reflexão sobre o surgimento do indivíduo moderno para concentrar o foco na reflexão sobre algo que deriva deste processo histórico e que já é uma manifestação de suas conseqüências. Marshall percebe que a cidadania inglesa começa com a conquista dos direitos civis no século XVIII, aqueles direitos que, até então considerados direitos naturais do ser humano, devem ser protegidos a todo custo por uma instância de poder que seja superior a todos mas que só exista para esta função, respeitando e protegendo as liberdades individuais, o direito à vida e à propriedade privada. A partir desta conquista, surge a figura do Estado como determinante para a defesa dos interesses individuais, e com isso, começam a ganhar força as pressões por um governo democrático no qual os indivíduos possam interferir e defender seus próprios interesses. A conquista dos direitos políticos, neste sentido, é a próxima etapa de construção do status de cidadão numa democracia representativa. No século XIX, torna-se possível votar e ser votado sem distinções. O século XX é o período no qual a aquisição destes direitos (civis e políticos) leva ao inevitável questionamento do sistema capitalista em busca de uma maior igualdade. As pressões das crises econômicas capitalistas e do crescimento das correntes nacionalistas durante este século culminando nas guerras

mundiais, assim como a constante ameaça socialista cada vez mais presente, levam as democracias a pensarem na manutenção do bem estar social através da conquista dos direitos sociais. Marshall ainda lembra que a educação pública é a base da igualdade para a cidadania. Interessante perceber, portanto, além da ordem de surgimento dos tipos de direitos, seu caráter de conquista. Pois é em relação a este ponto que os teóricos que pensaram a construção da cidadania no Brasil vão embasar suas análises e suas críticas.

José Murilo de Carvalho (1993) fala da “estadania” como crítica ao processo de aquisição de direitos no Brasil. Em sua visão, num contexto histórico muito autoritário, como é nosso caso, os direitos foram doados, concedidos em vez de conquistados e isso significa dizer que a participação popular não teve papel de agente da cidadania, mas sim o Estado. Isso se torna um problema na medida em que a conquista significa uma demanda geral por um direito e quando há demanda, há atores que desejam praticá-lo porque compartilham dos valores que o consideram importante. No caso brasileiro, como afirma Wanderley Guilherme dos Santos (1979), o que se deu foi uma “cidadania regulada” na qual os direitos sociais foram conseguidos corporativamente. A universalidade dos direitos nunca foi uma realidade. O trabalho de Jairo Nicolau sobre a *História do voto no Brasil* (2002) mostra como os direitos políticos, apesar de até precocemente presentes em nossa história, sempre estiveram submetidos às lógicas patrimoniais de poder. Elisa Reis (1992), nesta mesma linha, constata a derrota da conquista democrática frente ao poder das elites agrárias brasileiras que dominaram a República Velha. O importante desta reflexão para a pesquisa é justamente compreender a importância dada à participação popular para que a conquista dos direitos seja uma realidade universal e não parcialmente atendida. A sociedade encarada como ator social é a chave de entendimento do que tomaremos a seguir pelo conceito de cultura cívica.

#### Cultura Cívica:

A reflexão sobre cultura cívica vem de uma chave sociológica de interpretação sobre a experiência democrática na qual é dada ênfase à determinação cultural (valores, princípios, costumes e hábitos) compartilhada em determinada comunidade e como isto interfere nas relações sociais e políticas. O trabalho de Almond e Verba (1989 [1963]) *The Civic Culture Revisited* nos ajuda a compreender as diferentes formas de se pensar este tema, seja no espaço, como fazem nos artigos referentes às pesquisas desenvolvidas em diferentes países, seja no tempo, como faz Almond no capítulo *The Intellectual History of the Civic Culture Concept*. Nos deteremos resumidamente na análise deste capítulo, capturando dele as informações mais relevantes para o entendimento do conceito.

O autor recupera a antiga reflexão aristotélica sobre uma sociedade ideal, percebendo que ali já existiam vestígios de uma preocupação com a esfera coletiva. Aristóteles pregava que a melhor sociedade é aquela na qual a classe média predomina e é formada por homens livres e iguais que vivem sob os sentimentos de *amizade* e de *parceria política*. A ênfase na *confiança mútua* também aparece como determinante.

De Maquiavel e Montesquieu, Almond resgata a análise sobre a importância da *identidade nacional* e coletiva para o sucesso político de um governo, assim como a importância de interesses e *objetivos comuns* à coletividade.

A contribuição de Rousseau neste debate é fundamental, pois, pensando na viabilidade da democracia participativa, ele considera que deve existir, inscrito nos corações e mentes dos cidadãos, a priorização do bem comum. A moralidade, os costumes e opiniões, em seu entender, são leis mais fortes do que as leis escritas, pois são suas causadoras. Portanto, a socialização dos futuros cidadãos é determinante para que se perpetue uma cultura política capaz de permitir que se dê a vontade geral através da participação comprometida de todos.

Tocqueville, observando a *Democracia na América*, percebe como os costumes (*mores*) previamente vivenciados pelos norte-americanos através da sociabilidade advinda de seus

valores religiosos e das tradições anglo-saxãs são os *hábitos do coração* que determinam suas relações políticas. A tendência à formação de associações, a descentralização dos poderes e os hábitos informativos são exemplos de uma sociabilidade mais horizontal, ou seja, mais igualitária, que propicia o desenvolvimento saudável da democracia.

Dos pensadores iluministas, como Locke e Bentham, Almond aproveita as idéias dos direitos naturais que foram as grandes impulsionadoras do desenvolvimento das políticas liberais tanto no estado quanto na economia do ocidente, para exemplificar um determinado tipo de cultura cívica enquanto desencadeadora de processos institucionais.

O autor identifica também, no pensamento marxista, uma análise das *subculturas políticas*, pois Marx percebeu a existência da subcultura da classe exploradora capitalista, a da classe explorada trabalhadora e a da classe iluminada revolucionária. Estas seriam subculturas diferentes produzidas por diferentes realidades e posições sociais diante do sistema produtivo. E todas elas estariam gerando diferentes formas de reagir, no interior da dinâmica dialética, ao processo industrial de sua época.

A contribuição de Durkheim é também importante na medida em que ele é o teórico da sociedade que percebe a existência do que chama de *consciência coletiva* como sendo um conjunto de valores e comportamentos experimentados pela coletividade considerada um Ser além das consciências individuais e determinante delas. Seu conceito de *solidariedade social* é igualmente importante por perceber a dinâmica de interdependência da divisão do trabalho social.

Talvez, uma das maiores contribuições, na visão do autor, seja a de Weber, pois este autor é responsável pela análise dos *3 tipos puros de dominação*, todos calcados em culturas políticas: a dominação *tradicional*, a dominação *racional-legal* e a dominação *carismática*. Sua análise sobre os tipos de partidos políticos é também pertinente: os partidos de patronagem, de classe e de visões de mundo. E sua categorização dos tipos de ação social (tradicionalista, afetiva, instrumental e racional) demonstra sua reflexão sobre como os tipos de ação determinam as relações sociais. E foi, ainda, bastante importante a análise da ética protestante para a compreensão do sistema capitalista.

Para finalizar a análise deste capítulo trago a conclusão do próprio autor sobre a categorização principal dos tipos de cultura política que puderam ser encontradas na literatura revisitada. São eles: de tipo *paroquial*, isto se referindo a uma cultura política de uma comunidade fechada e particular em torno de suas próprias tradições e interesses grupais; de tipo *subjetivo*, ou seja, aquela cultura política na qual o indivíduo se desvincula da coletividade no que diz respeito às ações políticas; e, por fim, o tipo mais ideal, a cultura política *participativa*, na qual todos se sentem comprometidos com a coletividade e participam de seus processos políticos.

É importante levantar todas estas questões, pois elas serão fundamentais para a posterior análise teórica dos resultados da pesquisa. Assim, outro autor fundamental para a compreensão do conceito de cultura cívica é Robert Putnam com seu trabalho *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna* (1997), no qual ele realizou um excelente trabalho de pesquisa sobre os tipos de comunidade cívica presentes na Itália de meados do século XX. O que mais é importante para os questionamentos levantados por esta pesquisa está no capítulo no qual ele relaciona o desempenho institucional dos governos regionais de toda a Itália com a maior ou menor intensidade de *civismo* presente nas respectivas comunidades nas quais estão inseridos. Adiantando seu resultado principal, Putnam verifica que as regiões onde o desempenho institucional é mais bem avaliado, seja pelos cidadãos comuns, seja pelos indicadores propícios de avaliação, são as regiões onde ele pôde encontrar o que denominou de *comunidade cívica*. Em termos práticos, comunidade cívica quer dizer: participação política (participação nos negócios públicos), igualdade política (relações horizontais e de cooperação), solidariedade, confiança e tolerância e associativismo ou outras

estruturas de cooperação. Uma comunidade onde todos estes fatores estejam conjugados é considerada por ele como contendo um alto grau de civismo. Putnam também constrói seus próprios indicadores de civismo: tenta medir a vibração da vida associativa, a presença e as características de periódicos locais, o comparecimento às urnas e à participação em referendos nacionais. Conforme suas palavras (PUTNAM, p.113): “As regiões onde há muitas associações cívicas, muitos leitores de jornais, muitos eleitores politizados e menos clientelismo parecem contar com governos mais eficientes”. O autor também se indagou a respeito dos tipos de relação entre os líderes políticos e os cidadãos: se há compromisso programático com as questões públicas ou se há clientelismo personalista; se há relações horizontais de igualdade política ou se há relações verticais de autoridade e dependência e se há apoio e estímulo ao desenvolvimento da igualdade política. Mais um trecho sobre suas conclusões pode ser esclarecedor: “Em suma, o civismo tem a ver com igualdade e também com engajamento. (...) É inútil indagar o que vem primeiro – o compromisso dos líderes com a igualdade ou o compromisso dos cidadãos com o engajamento. (...) as atitudes das elites e das massas são na verdade os dois lados de uma mesma moeda e combinam-se num equilíbrio que se reforça mutuamente.” (Idem, p.118). Nas regiões onde há menos civismo encontra-se também mais corrupção política, mais desconfiança institucional e interpessoal, mais insegurança com mais utilização da polícia como agente inibidor, geralmente há maior apelo por governos mais fortes e autoritários para o cumprimento das leis e, nestas regiões, os cidadãos sentem maior impotência cívica, ou seja, demonstram possuir os seguintes sentimentos: (1) a maioria das pessoas que ocupam cargos públicos tenta explorar você; (2) você se sente excluído do que está acontecendo à sua volta; (3) o que você pensa não conta muito e (4) as pessoas que dirigem o país não estão realmente preocupadas com o que acontece com você. Por outro lado, nas regiões de maior civismo há maior satisfação com a vida e maiores percepções de eficácia das instituições, há mais confiança, pois há a crença de que todos compartilham de uma autodisciplina confiante (vínculos sociais de reciprocidade coletiva). Afinal, conforme Putnam: “A felicidade mora numa comunidade cívica.” (Idem, p.126).

Para concluir a análise do conceito de cultura cívica, resta uma tarefa importante: atentar para esta reflexão em relação ao contexto brasileiro. Para tanto, teremos o auxílio do trabalho de Maria Alice Rezende de Carvalho intitulado *Cultura Política, Capital Social e a questão do déficit democrático no Brasil* (1995). O objetivo de seu artigo é o de repensar a importância da cultura cívica nos contextos dos países não originários, ou seja, em países onde não existiu o indivíduo sujeito de direitos à priori. Chamados também de países periféricos, países como o Brasil, com trajetória política autoritária e personalista, não podem ser entendidos da mesma forma que se considera os países onde a democracia moderna foi embrionariamente construída. Ela diagnostica que há, no Brasil, um componente cívico atrofiado devido à ausência de cultura democrática enraizada e que isto, além de trazer riscos para a institucionalidade democrática e dificuldades operacionais na condução de governos, dificulta, principalmente a conquista da cidadania. Os largos períodos de governos autoritários comprometeram a *habituação democrática* que precisa de tempo para se concretizar nas práticas sociais e nos corações e mentes dos cidadãos. Portanto, para pensar o caminho brasileiro de construção de uma cultura cívica não se pode levar em conta os ideais de *homo civicus* anglo-saxão em cuja crítica Taylor (1997) denominou de *self desprendido*, ou seja, aquele indivíduo formado por características locais de racionalismo e autonomia e que se desprende de seu contexto para servir de referência a contextos bastante distintos. A quietude valorizada em contextos originários para a boa condução do regime deve, portanto, ser descartada no caso brasileiro. A *inquiétude* para nós é um sinônimo de oportunidade para se encontrar novos caminhos. A aposta na sociedade civil organizada e constituída por atores que estejam acostumados a promover a solidariedade social é uma opção pela cidadania

cívica, de um lado. Por outro lado, a cidadania jurídica, como bem lembra Werneck Vianna (1997), sendo também um caminho de mudança na esfera pública através de meios institucionais, se não for utilizada de fato pelos atores da sociedade civil e pela população em geral, pode, inclusive, virar-se contra eles. A Constituição de 1988 significou um grande avanço em relação à conquista legal da cidadania, inclusive com a deliberação sobre agências defensoras do interesse público como o Ministério Público. O esvaziamento deste e de outros canais de participação, entretanto, comprovam que, mais do que tentativas neo-institucionais de uma democracia realista, como pretende O'Donnell (CARVALHO, 1995), precisamos é apostar na experiência coletiva de *indeterminação* que só a perda da segurança epistemológica pode oferecer. Explico melhor, quando as teorias da cultura cívica tentam acoplar a realidade dos países periféricos a modelos já experimentados, o que se tem percebido é o fracasso institucional na práxis coletiva. Entretanto, se deixamos de lado as *teorias da escolha racional da ação* (agency) e também as *teorias culturalistas* que definem um tipo específico de cultura política ideal, finalmente abrimos espaço para verificar o processo endógeno que está se desenrolando na realidade brasileira, logicamente complexa e imbricada em inúmeras construções ideológicas advindas destas e de tantas outras teorias, porém repletas de suas próprias respostas às indagações que nos colocamos. Portanto, a análise dos movimentos sociais de todos os tipos, credos e identidades é um excelente caminho para a compreensão do *capital social* que temos desenvolvido. As redes de solidariedade construídas, embora não sejam capazes de cancelar o abismo entre a sociedade e o sistema político, começam a gerar maiores graus de confiança interpessoal e de engajamento cívico. Embora as lutas sejam ainda de grupos paroquialmente orientados, para usar a expressão de Almond, já são demandas e já são movimentos de transformação. Isto, ainda numa época de pluralidade cultural, poderia ser desagregador em vez de unificador, mas vemos que na maioria das vezes não é esse o caso. Pelo contrário, são sinais de inquietude saudável para a renovação democrática. Segundo Carvalho, a solidariedade possível à modernidade tardia é a que se fundamenta racionalmente, não como um valor, mas como *racionalidade comunicativa*, ou *solidariedade reflexiva*, na qual se dá o *interesse comum bem compreendido*. De qualquer forma, ela conclui sua análise reparando na importância da agenda urbana para a unificação das lutas em torno de uma comunidade cívica. A cidade, enquanto espaço de convivência comum entre tanta pluralidade, pode ser o palco de construção de uma cultura cívica que inspire aos cidadãos a experiência democrática na qual ainda acreditamos. Este foi o caso das lutas urbanas na cidade do Rio de Janeiro na década de 80, na qual o tema da violência urbana foi colocado em debate por atores qualificados que o desdobraram em entendimentos mais profundos acerca da desigualdade social presente nesta cidade e das consequências nefastas da socialização marginalizada à qual estiveram submetidas, e ainda estão, grandes parcelas de nossa população, como é o caso das favelas e das periferias cariocas.

#### Juventude:

A juventude foi escolhida por nossa pesquisa como representante deste rol de atores sociais que a sociedade civil organizada constitui na agenda das transformações sociais. Não optamos, entretanto, pela análise do movimento estudantil institucionalizado, por um lado por verificar que há pouca adesão geral às suas atividades e processos e, por outro lado, por perceber que grande parte dos jovens de nosso país não estão inertes em suas atividades individuais, mas começam a agir segundo novas formas de pensamento e expressão perante a realidade que se lhes apresenta. Nosso objetivo com a reflexão teórica sobre juventude foi lançar luzes sobre como interpretar este ator social e, principalmente, por ser esta uma geração sem precedentes em nossa história. Devo admitir que a literatura sobre estas e outras questões relativas à juventude ainda será mais bem trabalhada e apresentada em relatório

futuro, ficando mais esta tarefa para o ano final desta pesquisa. Entretanto já é possível adiantar um marco teórico essencial às indagações às quais nos precipitamos para o entendimento do objeto pesquisado, pois nosso objeto está inserido, justamente, entre os dois tipos extremos de juventude apresentados por Pierre Bourdieu (1983) em seu trabalho *A juventude é apenas uma palavra*. Neste artigo, Bourdieu apresenta, de um lado, uma juventude “burguesa” com acesso ao ser adolescente e, de outro, uma juventude que desde cedo assume responsabilidades da vida de trabalhador. Isso é importante para nossa análise pois, mesmo sabendo que só o fato dos jovens pesquisados estarem cursando o Ensino Médio já significa um diferencial frente à grande parcela da juventude brasileira que deixa de estudar para entrar no mercado de trabalho desqualificado, mesmo assim, os alunos que freqüentam as diferentes redes de ensino analisadas possuem aspectos semelhantes ao que Bourdieu desenvolveu em sua reflexão. Conforme o autor:

A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferentes juventudes, ou, para encurtar, as duas juventudes. Por exemplo, poderíamos comparar sistematicamente as condições de vida, o mercado de trabalho, o orçamento do tempo, etc., dos “jovens” que já trabalham e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes: de um lado as coerções do universo econômico real, apenas atenuadas pela solidariedade familiar; do outro, as facilidades de uma economia de assistidos quasi-lúdica, fundada na subvenção, com alimentação e moradia e preços baixos, entradas para teatro e cinema a preço reduzido.(...) entre estas posições extremas, o estudante burguês e, do outro lado, o jovem operário que nem mesmo tem adolescência, encontramos hoje todas as figuras intermediárias. (BOURDIEU, 1983).

Enfim, prosseguiremos a análise de nossos resultados levando em conta tudo o que foi desenvolvido acerca da construção da cidadania num ambiente de desigualdade social, acerca da importância da cultura cívica para a vivência democrática e igualitária numa comunidade cívica e acerca da existência de diferentes juventudes que, dadas suas condições de vida e acesso aos bens sociais, políticos e culturais, podem possuir características diversas também perante os assuntos públicos.

## **Resultados e Conclusões**

Em relatórios anteriores alguns resultados já puderam ser demonstrados devido ao amplo banco de dados construído durante todo o período da pesquisa. Entretanto, devido à opção metodológica por alcançar o coeficiente de mil questionários respondidos, optamos por rever todas as variáveis já analisadas além das variáveis ainda não exploradas, de maneira a considerar, a partir de agora, os resultados como confiáveis e definitivos. Seguir-se-á, portanto, uma série de explicações acerca dos dados obtidos munidas de suas respectivas ilustrações quantitativas em tabelas e gráficos. Começaremos com um perfil da amostra levantada pela pesquisa, depois, resumiremos algumas das mais significativas informações acerca dos jovens pesquisados para, então, entrarmos nas considerações a respeito do tema da pesquisa propriamente dito: a relação do jovem com a cultura cívica e com a cidadania.

### **I - Perfil da amostra:**

A fase de pesquisa de campo encontra-se encerrada, pois alcançamos a meta de mil alunos entrevistados, quantidade esta que confere aos nossos resultados uma maior confiabilidade estatística. Os mil questionários foram respondidos por alunos de 24 escolas (11 da rede pública e 13 da rede particular) nas seguintes regiões da cidade do Rio de Janeiro: Zona Sul, Barra da Tijuca e Grande Tijuca. Estas escolas muito colaboraram com nossa



pesquisa nos abrindo suas portas e disponibilizando um tempo de aula de alguma matéria, geralmente da sociologia, para a aplicação dos questionários. Os alunos respondiam às perguntas dos questionários com a supervisão do pesquisador para que ele pudesse lhes tirar quaisquer possíveis dúvidas.

Escolas pesquisadas =>

Escolas públicas da Zona Sul:

- Colégio Estadual (C.E.) André Maurois
- C.E. Infante D. Henrique
- C.E. Amaro Cavalcanti
- C.E. Antônio Maria Teixeira
- Colégio Pedro II (unidade Humaitá)
- Colégio de Aplicação da UFRJ

Escolas particulares da Zona Sul:

- Colégio Andrews
- Colégio São Vicente
- Colégio Santo Agostinho (unidade Leblon)
- Escola Parque
- Colégio Teresiano
- CEAT
- Colégio Santo Inácio

Escolas públicas da Grande Tijuca:

- C.E. Prado Junior
- C.E. Herbert de Souza,
- Colégio de Aplicação da UERJ
- Colégio Pedro II (unidade Tijuca)

Escolas particulares da Grande Tijuca:

- Colégio Palas
- Colégio Marista São José
- Colégio Santa Tereza de Jesus

Escola pública na Barra da Tijuca:

- C.E. Vicente Januzzi

Escolas particulares da Barra da Tijuca:

- Colégio Santo Agostinho (unidade Barra)
- Colégio Anglo-Americano
- Colégio Saint John

O critério para a escolha das escolas se baseou, primeiramente, na análise de escolas particulares consideradas escolas de excelência que atendem jovens de classe média e classe média alta da cidade do Rio de Janeiro. Por isso também a concentração das escolas nos bairros de maior valor econômico e com maiores índices de desenvolvimento humano, como o caso da Zona Sul, da Tijuca e da Barra da Tijuca. A intenção, nesta fase da pesquisa, foi a de explorar o universo da cultura cívica de uma juventude privilegiada de nossa sociedade, acreditando que, seja pelo acúmulo de capital social, cultural e intelectual, seja pela facilidade financeira no acesso aos bens sociais, esta juventude estaria munida das características necessárias ao desenvolvimento de uma cultura política mais facilmente orientada às possibilidades que a participação democrática oferece. Trata-se de jovens nascidos em período democrático ininterrupto, de maneira que esta condição poderia significar uma maior adesão aos valores democráticos e uma maior prática dos comportamentos ligados à

organização política coletiva. Esta última característica é compartilhada por quaisquer jovens da mesma idade dos pesquisados nas escolas particulares sendo que, para aprofundar a reflexão da pesquisa sobre a cultura cívica da juventude carioca e, principalmente, sobre os possíveis impactos da desigualdade social sobre ela, optamos por estender nossa amostra às escolas públicas que atendem jovens nestes mesmos bairros. Isto porque os alunos das escolas públicas nestas mesmas regiões são majoritariamente alunos oriundos de camadas mais pobres de nossa sociedade e são também, em grande maioria, moradores de favelas.

A última etapa da escolha deste vasto objeto de estudo se pautou na preocupação de diferenciar as escolas públicas convencionais (estaduais) das escolas também públicas ligadas às universidades, ou seja, as escolas “de aplicação” onde há um ensino diferenciado com qualidade bastante elevada e também um público misto, variando desde alunos mais pobres até alunos bastante ricos. Será interessante analisar as diferenças de perfis destes alunos no que concerne às suas relações com os assuntos políticos, públicos e coletivos de nosso país.

Assim, foram feitas a delimitação do objeto e a conclusão da fase de aplicação dos questionários perante este objeto. Além deste material, a pesquisa realizou grupos focais, ou seja, encontros gravados de discussão sobre assuntos derivados do questionário aplicado ligados às impressões dos jovens em relação ao país, às instituições sociais e políticas nacionais, e aos sentimentos que possuem em relação às suas próprias vidas neste país. A pesquisa sobre cultura cívica, como sugere Robert Putnam (1997) deve tentar captar as relações que os indivíduos estabelecem com a vida coletiva, seja em relação às instituições públicas, à organização coletiva, ao associativismo, aos sentimentos de identidade com a coletividade, seja em relação aos indivíduos entre si, à confiança interpessoal entre os cidadãos, aos hábitos de participação, aos meios de informação, ao interesse pelas questões nacionais, ou seja, como os indivíduos se relacionam com a esfera pública, o que esperam, como se inserem e o que exigem dela. Essas são importantes questões que nosso questionário tentou abordar através de perguntas mais simplificadas. Nos grupos focais estas temáticas puderam ser mais elaboradas e aprofundadas pelos alunos de forma que suas falas e opiniões foram analisadas pelos pesquisadores ajudando a complementar as conclusões obtidas pela análise das respostas ao questionário. Além de, sobretudo, indicar novos apontamentos não percebidos na análise quantitativa. Um pouco destas reflexões será apresentado a seguir.

## **II - Informações sobre os jovens pesquisados:**

As primeiras informações sobre os jovens pesquisados são informações mais gerais que já nos dão subsídios para conhecer um pouco de suas realidades. Serão apresentados a seguir dados relativos à (A) escolaridade dos pais dos jovens pesquisados, (B) ao número de irmãos que possuem, (C) à composição familiar, (D) às fontes de informação mais utilizadas pelos jovens, (E) à religiosidade, (F) à preferência por cursos que pretendem fazer na universidade, e (G) à participação eleitoral.

A) Escolaridade dos pais:

**Grau de instrução do pai:**

Escolaridade dos pais	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública excelência	Rede particular
Fundamental	41,3	4,2	0,9
Médio	39,8	15,5	5,6
Superior	13,8	48,4	48,5
Pós-graduação	2,0	31,0	44,8
Não estudou	2,6	0,9	0,2
Não respondeu	0,6	-	-
Total	100,0	100,0	100,0

É muito interessante perceber a diferença de escolaridade dos pais dos alunos das escolas particulares e das escolas públicas de excelência em relação aos pais dos alunos das escolas públicas convencionais. Isto revela muito sobre o tipo de público que cada escola atende e sobre o capital cultural que cada família oferece ao aluno no auxílio ao processo de ensino e aprendizagem. Nas escolas públicas convencionais 39,8% dos pais tem apenas até o ensino médio enquanto este número cai pra 15,5% na rede pública de excelência e para 5,6% nas escolas particulares. Mais alarmante é averiguar que 41,3% dos pais dos alunos da rede pública têm apenas o ensino fundamental enquanto este número é irrelevante nas outras categorias, com 4,2% na rede pública de excelência e com 0,9% na rede particular. Nesta rede, somando os pais que têm ensino superior completo (48,5%) com os pais que têm pós-graduação (44,8%) temos um total de 93,3 % dos pais com uma escolaridade alta em relação à rede pública que 81,1% dos pais têm apenas ensino fundamental e médio. A rede pública de excelência se aproxima mais do padrão da rede particular com 79,4% dos pais com alta escolaridade e com apenas 19,7% dos pais com ensino fundamental e médio. Isto revela o tipo de família que frequenta estas escolas, que, mesmo sendo públicas, são mais frequentadas pela classe média. E isso revela também a disparidade entre as condições de fruição do arcabouço cultural que serve de base para o desenvolvimento do aprendiz.

B) Número de irmãos:

Com esta pergunta nossa pesquisa pretendia verificar possíveis diferenças nos padrões de natalidade nas famílias que frequentam as diferentes redes de ensino. Neste caso pode-se perceber que há uma pequena tendência na rede pública de uma natalidade um pouco maior. Entretanto os números não revelam nenhuma discrepância tão significativa, apenas nos mostra uma ligeira diferença que possui alguma importância. Na rede pública 7,7% dos alunos entrevistados possuem 4 irmãos enquanto na rede pública de excelência este número cai pra 1,9% e na rede particular para 3,4%. Há uma maior concentração de número de irmãos entre 0 a 2 irmãos nas três redes pesquisadas o que revela uma tendência de natalidade reduzida entre as famílias. Mas a variação entre 0 a 4 irmãos nos permite perceber que ainda há, nas famílias das escolas públicas convencionais, ou seja, nas famílias mais pobres, uma tendência à uma maior natalidade que nas famílias mais ricas. E vale também perceber que apenas na rede pública houve alunos que responderam possuir mais de 6 irmãos, chegando até 12 irmãos por um aluno.

C) Com quais familiares vivem os jovens:

Esta questão nos permite averiguar o tipo de estrutura familiar que possuem os diferentes jovens pesquisados. Há uma grande discussão na contemporaneidade acerca do fenômeno de desestruturação da família nuclear tradicional que até então era referência no desenvolvimento de uma criança. Hoje, os estudiosos do tema vêm se perguntando quais as implicações de se conviver em famílias “desestruturadas” sob este ponto de vista. No caso de nossas informações, é interessante perceber que, considerando a totalidade dos jovens, são 38,8% que vivem com apenas um dos pais. Apesar de não ser possível dizer seguramente, pois não fizemos esta pergunta no questionário, acredita-se que quando o jovem diz morar com apenas um dos pais este deve ser a mãe. Este é um tema importante que não desdobraremos aqui, por impossibilidade metodológica, mas que vale uma reflexão acerca do papel da mãe, ou seja, da figura feminina, no desenvolvimento dos filhos, diferentemente do papel geralmente atribuído ao pai. Mesmo estando em maioria os jovens que vivem com ambos os pais (56,4%), este número revela que o padrão de composição familiar e as relações habituais de identificação do parentesco estão mudando na juventude de nossos dias. Isso naturalmente terá conseqüências nas formas de sociabilidade que as novas gerações continuarão a construir na organização familiar.

Perguntando-nos, então, se há alguma diferença já perceptível de organização familiar entre alunos das redes pública e particular (lembrando que quando consideramos a rede pública tratamos à parte os dados das escolas públicas de excelência por causa da especificidade deste grupo analisado) constatamos que há, na rede pública, mais alunos que vivem com apenas um dos pais do que na rede particular e na pública de excelência. O percentual de jovens da rede pública nesta condição chega à 42%. Nos outros casos este número fica em 36,6% (R.P.E.) e 37,1% (R.Part.).

**Vive com (por rede de ensino)**

Com quem vive?	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública excelência	Rede particular
Vive com um dos pais	42,0	36,6	37,3
Vive com ambos os pais	50,0	59,2	60,2
Outro	8,0	4,2	2,5
Total	100,0	100,0	100,0

Apesar de ser um dado relevante, não podemos afirmar com precisão as possíveis conseqüências deste fenômeno, a não ser que fosse feita uma indagação mais qualitativa a respeito das derivações subjetivas e objetivas que daí pudessem decorrer. Fica, entretanto, a informação para os interessados em aprofundar esta análise.

D) Fontes de informações mais utilizadas:

Uma preocupação importante de nossa pesquisa foi descobrir quais os meios de informação que os jovens mais utilizam para se inteirar dos acontecimentos do mundo. Isso é importante porque nos dá uma dimensão tanto dos veículos que possuem mais força perante a aceitação desta faixa etária quanto da possibilidade deles terem acesso a tipos diferenciados de informação, possibilidade esta que é entendida como fundamental para uma maior reflexão crítica acerca dos fatos por conflitar diferentes tipos de interpretações sobre eles. Pedimos aos

alunos que respondessem no questionário, dentre as opções fornecidas (jornal, tv, rádio, internet, revista, conversas informais e “não me informo”) duas opções de veículos de informação que eles mais utilizassem, por isso, os dados sempre nos aparecem em dobradinhas conjugando as duas opções de preferência. Na rede pública os veículos mais citados são jornal e tv.. Estes dois veículos juntos têm 33% de utilização. A opção pela dobradinha entre internet e tv ficou em segundo lugar com 16% de utilização por parte deste jovens. É interessante que as opções cuja dobradinha se fazia com a internet foram mais selecionadas pelos alunos das *r.p.e* e da *r.part*. Os alunos da rede pública parecem ter menos acesso à internet. No caso da rede pública além destas dobradinhas tradicionais apareceram ainda bastantes opções por informações via rádio, fato que não se repete nas duas outras redes. Isso revela que há uma significativa diferenciação entre as formas e os veículos de acesso à informação dependendo da classe à qual se pertence.

E) Religiosidade:

O ponto tratado a seguir é de extrema importância para entendermos como os jovens de nossos tempos estão se relacionando com a religiosidade, quais as tendências apontadas e suas intensidades. Considerando os números totais dos jovens pesquisados a distribuição entre jovens que possuem e que não possuem religião se mostrou da seguinte maneira, conforme tabela abaixo:

**Você tem religião? (dados totais)**

Possui religião?	Porcentagem (%)
Sim	73,7
Não	26,1
Não respondeu	0,2
Total	100,0

Esse dado é bem significativo, pois mostra que a grande maioria dos jovens (73,7%) diz ter alguma religião, ou seja, compartilha de uma crença em alguma forma de Deus e em valores e práticas adequadas às suas crenças. Isto desmistifica uma impressão às vezes tomada como senso comum de que a dessacralização da vida estaria se tornando mais fortemente difundida na sociedade. O caso brasileiro ilustrado também aqui por nossa pesquisa mostra exatamente o oposto. Entretanto, analisando esta questão nas diferentes redes de ensino, notamos uma significativa diferença:

**Você tem religião? (por rede de ensino)**

Você tem religião?	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública excelência	Rede particular
Sim	81,7	70,9	68,6
Não	18,3	29,1	31,4
Total	100,0	100,0	100,0

É interessante perceber que a rede pública é a que congrega um maior número de jovens pertencentes a alguma religião, com 81,7%. Este número cai para 70,9% na *r.p.e* e para 68,6% na rede particular. Importante notar que esse percentual menor de religiosos na rede particular contradiz um fato relevante, pois das 13 escolas particulares onde entrevistamos os

alunos 8 delas eram escolas ligadas à religião católica (Ex: Santo Inácio, São Vicente, Santo Agostinho, etc.). Isso mostra também que os alunos da rede pública têm mais ligação com a religiosidade do que os outros. Quando indagados sobre as possíveis causas desta diferença os alunos das escolas particulares e, também, embora em menor grau, os das escolas públicas associaram o fato dos alunos das escolas públicas serem mais religiosos com uma cultura religiosa advinda das carências que a pobreza e a exclusão social e, em menor escala, a falta de escolaridade familiar, suscitam. Neste caso, a exclusão social seria uma situação que, ao dificultar extremamente a vida dessas pessoas, seja pela pobreza ou por outros aspectos cruéis de socialização excludente, seria causadora de sentimentos de sofrimento, agonia, desesperança, não-pertencimento, sobre os quais a religião agiria de maneira apaziguadora. A religião, na opinião da maioria, funciona como válvula de escape ou como fortalecedora de esperanças. E essa opinião é compartilhada inclusive pelos alunos das escolas públicas. Em suas palavras:

*Eu acho que, como eles têm uma condição pior, eles se apegam mais à religiosidade, como uma válvula de escape. Como uma esperança de que alguma coisa vai mudar, que a situação vai melhorar. (...) E nessa esperança de mudar de vida eles vão se apegando a Deus, à Igreja, e vão se influenciando por estas pessoas que querem ganhar dinheiro. (Depoimento de jovem de escola particular).*

Outra questão importante é justamente a associação que se faz entre a religiosidade derivada da exclusão social e a suscetibilidade dos mais pobres a serem “explorados” por interesses de ganho privado de dinheiro pelos especialistas das igrejas, neste caso, evangélicas.

*Aqui todo mundo já teve alguma relação com alguma religião e sabe que Igreja e Deus são coisas diferentes. A Igreja é uma instituição formada pelo Homem, então não dá pra você depositar todas as suas confianças na Igreja, como fazem as Evangélicas, onde vão as pessoas de baixa renda que ganham 350 reais por mês e que deixam lá um terço do salário delas, é um absurdo: “estou comprando meu pedacinho no céu”. Só que a crença é uma forma de embotar estas pessoas. (Depoimento de jovem de escola particular.)*

Mas é preciso chamar a atenção para o fato de que a relação percebida entre pobreza e crença religiosa não é vista apenas de maneira negativa, mas, ao contrário, esta avaliação é inclusive justificadora desta relação. A instituição religiosa não é considerada importante por ela mesma, mas pelo que ela pode oferecer às necessidades espirituais e, inclusive, matérias destas pessoas. Trata-se, também, segundo as opiniões dos alunos, de relações racionais entre sujeitos que vêm naquela sociabilidade a possibilidade de pertencimento e de reconhecimento, de auxílio mútuo, de novas trocas simbólicas, de paz e refúgio, em oposição aos demais ambientes de sociabilidade jovem que os alunos de escolas públicas, cuja maioria é moradora de comunidades carentes, obtêm por alternativa.

*Eu acho que a religião é um lugar onde a gente busca um propósito, uma coisa a se cultivar. Eu credito em Deus e nas minhas ações eu me inspiro Nele. Acho que é importante. (...) A religião costuma te dar força, entendeu? Nessa sociedade que tem tanto medo, mentira, a religião é um conforto, um lugar que ajuda a gente. (Depoimento de jovem de escola pública).*

*Até porque na igreja também tem aquele esquema de caridade, então as pessoas de baixa renda vão procurar isso também. (Depoimento de jovem de escola pública)*

*Quando a gente fala em igreja a gente lembra logo de Deus e Deus é o único ser que pode ajudar a gente, né. No baile (funk) eu não vou ter ninguém que me ajude. Se eu precisar quebrar minha cara lá, ninguém vai me ajudar, a não ser que eu vá pra igreja, lá eu vou estar no lugar certo.* (Depoimento de jovem de escola pública).

Fato é, e nossa pesquisa comprova isso, que os alunos das escolas públicas se relacionam e confiam mais nas religiões do que os alunos das escolas particulares. Neste caso, o contingente de alunos das escolas públicas de excelência tem um perfil mais próximo dos alunos das escolas particulares. Os dados abaixo mostram a diferença na frequência aos cultos das religiões às quais pertencem. A religião católica é ainda a religião mais escolhida em todos os casos, embora a frequência ao culto revele quando aquele que se diz religioso é realmente praticante ou apenas simpatizante. Apenas uma observação importante para a análise das tabelas: o total de 100% apresentado é referente ao total de alunos entrevistados incluindo aqueles que se dizem não religiosos. Neste caso, a participação dos que não têm religião aparecerá nas tabelas nas opções “não respondeu”, pois estas eram perguntas que apenas respondiam os que tinham admitido possuir religião em pergunta anterior.

#### Frequência ao culto

Você vai ao culto com que regularidade?	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública excelência	Rede particular
Sempre	35,7	15,5	9,6
Ocasionalmente	20,9	21,1	20,4
Raramente	22,3	23,5	28,2
Nunca	4,9	17,4	27,3
Não respondeu	16,3	22,5	14,4
Total	100,0	100,0	100,0

#### Confiança na igreja:

O quanto de confiança você tem na igreja?	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública excelência	Rede particular
Muita	49,3	19,7	12,8
Alguma	26,1	29,6	31,9
Pouca	17,8	22,1	30,3
Nenhuma	6,3	27,2	23,9
Não respondeu	0,6	1,4	1,1
Total	100,0	100,0	100,0

É interessante perceber que na tabela *frequência ao culto* o montante de alunos que frequenta muito e ocasionalmente o culto soma 56,6% na rede pública, 36,6% na rede pública de excelência e 30% na rede particular. Na tabela *qual religião* (que não está ilustrada aqui), a religião católica é a mais escolhida nos três casos (com quase 50%), mas, na rede pública, vem em segundo lugar com 18,6% a religião evangélica. Nos outros casos as demais religiões além da católica se equilibram sem que haja nenhum destaque, apenas com leve relevância à presença no espiritismo kardecista. Na tabela *confiança na igreja* é interessante notar a diferença de confiança por rede: 75,4% dos alunos têm muita ou alguma confiança na igreja na rede pública, 49,3% dos alunos têm pouca ou nenhuma confiança na igreja na rede pública de excelência e esse número sobe pra 54,2% na rede particular. Enfim, esses dados nos levam a pensar o papel da religiosidade na vida coletiva e individual dos alunos da rede pública, cujas condições de vida sofrem, certamente, constrangimentos e restrições que os levam a estabelecer com as instituições religiosas laços importantes de sociabilidade. Olhar para esta questão com mais atenção torna-se essencial para que se possa pensar as instituições religiosas como atores fundamentais para a inclusão social e cidadã. Se as igrejas vêm agindo nesta direção, essa é uma outra questão que foge às nossas possibilidades de análise atuais. Porém, o que fica claro com o que constatamos aqui é que elas detêm um imenso potencial em relação à juventude mais pobre de nossa cidade que precisa e quer oportunidades e opções de ambientes que lhes acrescentem e lhes ofereça o que não podem ter de outra maneira. A importância deste local é, sem sombra de dúvidas, fundamental na vida destes jovens.

F) Cursos que pretendem fazer na universidade:

Indagados sobre os cursos que escolheriam para fazer na universidade e que poriam como opção das provas de vestibular, os alunos responderam com várias opções, logicamente, seguindo suas aspirações individuais. Entretanto, é interessante perceber que há diferenças importantes relacionadas às opções levantadas por rede de ensino. Trata-se de uma questão que nos leva a pensar sobre como diferentes realidades de vida e diferentes oportunidades de futuro influenciam a escolha entre sonhos e possibilidades na vida destes jovens. É interessante perceber também que nesta faixa etária ainda há muita incerteza tanto sobre os sonhos quanto sobre as possibilidades. Dentro de muitas opções apresentadas em pergunta aberta pelos alunos, o critério de análise se deteve em selecionar as opções mais citadas considerando os cursos que foram escolhidos por pelo menos 4% do total de alunos. Os cursos que são mais procurados em geral são: Direito, Comunicação, Engenharia e Medicina. É difícil extrair destes números uma visão clara de diferenças gritantes, pois elas não existem. Entretanto, ao olhar para as outras opções mais votadas de cursos, na rede pública o que aparece é Psicologia, Educação Física e Informática enquanto na rede pública de excelência é Biologia e na rede particular é Economia. Os jovens da rede pública de excelência e os da rede particular se concentram mais nas opções mais votadas em geral, as mais tradicionais, enquanto os da rede pública se espalham por outras opções, mais profissionalizantes, como enfermagem, por exemplo. Este dado é importante para nossa reflexão sobre a perspectiva de futuro que estes jovens detêm. Da mesma forma, não deve deixar de ser mencionada a opção “não pretende fazer” que apenas apareceu na rede pública e foi escolhida por 4,7% dos alunos. A opção de não fazer vestibular não apareceu nas demais escolas, apenas nas da rede pública convencional.

A última observação importante sobre estes dados é a quantidade de alunos que não sabem qual o curso a que se pretendem no vestibular. Este número é alto nos três casos, o que comprova o despreparo dos jovens por assumir uma escolha tão definitiva.

Perguntados sobre a confiança na instituição Universidade, os alunos responderam da seguinte maneira:



### Confiança na universidade

O quanto de confiança você tem na universidade?	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública excelência	Rede particular
Muita	62,9	44,6	48,5
Alguma	28,6	48,4	45,8
Pouca	6,3	4,7	4,3
Nenhuma	1,7	1,4	0,5
Não respondeu	0,6	0,9	0,9
Total	100,0	100,0	100,0

É interessante perceber que os alunos da rede pública são os que mais confiam na universidade, se considerarmos a opção muita confiança como maior que alguma confiança. Poderíamos pensar que o fato destes alunos terem menos facilidade para entrar na universidade devido à desigual concorrência diante das universidades públicas às quais concorrem alunos que freqüentaram cursos pré-vestibulares geralmente de custo bastante elevado e também devido ao custo de se manter na universidade, seja particular ou, inclusive, pública, faria com que os alunos da rede pública confiassem menos numa instituição à qual têm menos acesso. Entretanto se dá justamente o contrário, pois a universidade ainda é vista por eles como o local que pode definitivamente ajudá-los a mudar seus padrões de vida, originários de famílias com mais carências. Para os alunos da rede particular e também para os da rede pública, a entrada na universidade representa muito mais uma continuidade do que uma transformação nos padrões de vida que possuem. Talvez por isso, e também pelo fato das taxas de desemprego serem altas inclusive para quem detenha curso superior, estes jovens confiem menos que os outros na universidade. Mas, de qualquer modo, todos confiam bastante na universidade. Como mostra a tabela acima, 91,5% dos jovens de escola pública têm muita ou alguma confiança nesta instituição, 93% dos alunos da rede pública de excelência tem esta mesma confiança e na rede particular este número chega a 94% dos alunos.

#### G) Participação eleitoral:

A última análise da parte do perfil dos alunos pesquisados se refere à sua participação eleitoral. Perguntamos a eles se já são eleitores, se já votam ou não ou se ainda não sabem se vão votar, pois em sua faixa etária o voto é opcional. A tabela abaixo mostra suas respostas:

### Você vota?

Você vota?	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública excelência	Rede particular
Sim	65,1	47,9	52,6
Não	31,1	48,8	44,6
Não sabe ainda	3,7	3,3	2,8
Total	100,0	100,0	100,0

Os alunos da rede pública são os que mais votam: 65,1% já são eleitores. Na rede pública de excelência a maioria não vota (48,8%) e na rede particular são 52,6% os alunos que já são eleitores.

### III - Cultura Cívica e valores democráticos:

Esta segunda etapa de apresentação dos dados da pesquisa tem o objetivo de mostrar o que os jovens pesquisados têm a dizer sobre o funcionamento político do país através de seu sistema democrático e das instituições sociais que o organizam e constituem. A cultura cívica que pretendemos pesquisar não é um dado quantitativo que possa ser extraído de nenhuma pergunta específica, mas é, antes, um somatório de indagações que poderão nos mostrar o quanto estes jovens se relacionam civicamente com as questões coletivas nacionais e o quanto praticam de sua condição de cidadania.

#### A) Participação Política:

Primeiramente quisemos saber qual o nível de participação que eles mesmos possuem em termos de organização coletiva e política. Para tanto, perguntamos a eles se participam da vida associativa do país, e se caso afirmativo, em que tipo de associação. Perguntamos também se costumam participar de atividades extracurriculares na escola, por considerar que estes tipos de atividades geralmente são estímulos ao hábito de participação e organização na formação de uma cultura cívica. Os dados sobre participação se comportam de maneira muito similar considerando-os sob o enfoque das diferentes redes de ensino, por isso, não serão feitas distinções a este respeito e os dados serão tratados com seus números totais.

#### Participação na vida cívica (números totais)

Você participa?	Percentual (%)
Sim	18,9
Não	80,4
Não respondeu	0,7
Total	100,0

#### Tipo de participação (números totais)

Tipo de participação	Percentual (%)
Partidos	2,2
Movimentos sociais	5,8
Associações	10,8
Mais de uma	0,8
Escoteiro	0,3
Outro	0,2
Não se aplica	79,8
Total	100,0

O nível de participação dos jovens na vida associativa fica em 18,9%. Para considerar este número baixo deveríamos estabelecer algum termo de comparação, tanto temporal como espacial, seja considerando outros momentos democráticos na história brasileira, seja comparando a participação de juventudes em outros países, na América Latina, Europa, etc, mas isto não será feito por enquanto. Com vistas a um desenvolvimento futuro de análise destes resultados, pretende-se averiguar estas informações. O que podemos já perceber com

estes dados é que dentro dos 18,9% que dizem participar da vida associativa do país, 10,8% acusou pertencer ao tipo *Associações*, 5,8% ao tipo *Movimentos Sociais*, 2,2% ao tipo *Partidos Políticos*, sendo que uma minoria ainda apontou *Pertencer a mais de um tipo e Escoteiro*. Vê-se, com isso, que os partidos políticos estão cada vez mais esvaziados da participação juvenil, pois, conforme aprofundado pelas entrevistas nos grupos focais, os jovens não confiam e nem se identificam mais com as propostas e programas e, principalmente, com o lugar que o partido político vem ocupando na vida política brasileira. Isto é um dado muito importante que será mais bem desenvolvido adiante quando analisarmos a confiança dos jovens nos partidos e suas opiniões sobre eles. O tipo de participação mais votado foi *Associações* e, neste caso, este item engloba inúmeros tipos de associação. Dentre os que foram mencionados pelos alunos ao responder o questionário destacaram-se as associações de moradores e as associações religiosas, mas muitos outros tipos são contemplados nesta opção, embora nossa pesquisa não possa captar outras informações senão as citas espontaneamente pelos alunos. Os movimentos sociais foram citados como o segundo tipo de participação mais utilizado, em posição intermediária entre as associações e os partidos. É interessante perceber que o tipo de participação mais votado, ou seja, as associações são geralmente consideradas porta vozes de demandas mais ligadas a interesses coletivos privados, diferentemente dos movimentos sociais e partidos políticos que, somados, chegam a 8% e que representariam, sob esta chave analítica, um tipo de participação mais ligado às questões coletivas públicas e gerais. Desta forma, esta divisão pode nos ajudar a ver uma tendência à organização coletiva em torno de demandas privadas em detrimento da organização que se preocupe com o bem comum.

Em relação à participação juvenil em atividades extracurriculares, cuja importância da observação já foi mencionada acima, os jovens pesquisados se comportam da seguinte maneira, sendo que é importante já enfatizar que há diferenças significativas a este respeito entre os tipos de escolas pesquisados:

**Você participa de atividades extracurriculares? (dados por rede de ensino)**

Você participa de atividades extracurriculares?	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública excelência	Rede particular
Sempre	9,4	30,5	27,2
Às vezes	8,9	16,9	19,7
Raramente	12,0	22,5	22,4
Nunca	69,4	29,6	29,3
Não respondeu	0,3	0,5	1,4
Total	100,0	100,0	100,0

De todos os alunos pesquisados da rede pública, 69,4% deles nunca participou de atividades extracurriculares e 12% participa raramente. Apenas 18,3% dos alunos participam sempre ou às vezes destas atividades na escola. Somando todos os que têm algum tipo de participação independentemente da frequência, temos apenas 30,3% dos alunos, ainda menos da metade dos que nunca participam. Nas escolas públicas de excelência este número é mais equilibrado: 47,4% dos alunos participam sempre e às vezes das atividades extracurriculares e 52,1% nunca participou ou participa raramente. Considerando os termos isoladamente, a quantidade dos que participam sempre (30,5%) é maior do que os que nunca participam (29,6%). Mas fazendo a mesma soma dos que tem algum tipo de participação, temos 69,9%

doas alunos participando de atividades extracurriculares, quase o mesmo número dos alunos que não participam nas escolas públicas. Esta soma, na rede particular se comporta da mesma maneira que na rede pública de excelência: 69,3% dos alunos têm algum tipo de participação, sendo que, destes, são 27,2% os que participam sempre. Estes são números bem relevantes, pois nos dão uma noção da diferença que uma atividade extracurricular pode representar na vida escolar e no desenvolvimento cívico dos alunos. Não é por acaso que os colégios pesquisados com ensino de excelência, sejam os públicos ou os particulares, são os que mais possuem alunos que participam destas atividades. São colégios vistos como tendo conseguido possibilitar o desenvolvimento de alunos com subjetividades críticas e autônomas.

Assim, analisando os tipos diferentes de participação elencados pelos alunos que se dizem participar, não houve diferença significativa entre as redes de ensino, de maneira que, proporcionalmente, os alunos que participam de atividades extracurriculares tendem a se comportar da mesma maneira diante das opções que lhes são apresentadas pelas escolas.

**Tipo de atividade extracurricular (números totais)**

Tipo de atividade	Percentual (%)
Grêmio	6,0
Esporte	17,7
Ação social	4,8
Cultural	15,1
Vários	3,6
Outros (atividades acadêmicas)	6,0
Não se aplica	4,4
Não respondeu	42,4
Total	100,0

As atividades mais praticadas pelos alunos são as atividades ligadas ao esporte (17,7%) e as atividades culturais (15,1%), considerando, aí, as artes, o folclore, etc. Em segundo lugar fica a participação no grêmio estudantil com 6% e em seguida as ações sociais com 4,8%. São 3,6% dos alunos que participam de mais de um tipo de atividade ao mesmo tempo e são 6,0% dos alunos que dizem participar de atividades extracurriculares que ainda são ligadas às atividades acadêmicas, tais como monitoria, estágio, grupos de estudo, dentre outras.

#### B) Envolvimento cívico:

Neste bloco de análise, nos atentaremos aos sentimentos e ao envolvimento que os jovens demonstram possuir em relação às questões relativas ao país. Isto nos parece importante, pois, independentemente dos níveis de participação efetiva que os jovens venham a desempenhar, conforme visto acima, há outra forma de perceber o quanto eles se vêm ligados à coletividade nacional, aos seus problemas, se preocupam-se com suas questões, se estão incomodados, se refletem, questionam, enfim, se há uma cultura cívica subjetiva localizada sob a faceta de envolvimento cívico afetivo. A identificação com o país e com sua coletividade é fundamental para que subsista nas relações sociais e institucionais algo que seja comum e que tenha valor para todos os brasileiros, algo que funcione como motor para a ação coletiva e para a prática cívica em direção à concretização democrática da cidadania. Portanto, observemos abaixo os sentimentos que os jovens, tomados tanto de forma geral quanto em separado, possuem em relação ao Brasil.

**Sentimento pelo país (números totais)**

Qual sentimento?	Percentual (%)
Orgulho	31,7
Vergonha	17,3
Indiferença	12,4
<b>Inquietação</b>	<b>32,2</b>
Outros	5,3
Não respondeu	1,1
Total	100,0

**Sentimento pelo país (dados por rede de ensino)**

Que sentimento você tem pelo país?	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública excelência	Rede particular
Orgulho	31,7	30,0	32,5
Vergonha	17,4	23,9	14,0
Indiferença	22,3	8,0	6,6
<b>Inquietação</b>	<b>26,6</b>	<b>29,6</b>	<b>38,0</b>
Outros	1,1	8,0	6,9
Não respondeu	0,9	0,5	2,1
Total	100,0	100,0	100,0

O sentimento mais experimentado pelos alunos é a inquietação, logo seguida pelo orgulho e, em menor grau pela vergonha e pela indiferença. Desmembrando a totalidade dos alunos por rede de ensino, a única alteração se dá em relação ao sentimento de indiferença que, na rede pública, é maior alcançando os 22,3%, enquanto nas outras este sentimento é escolhido apenas por 8% (r.p.e.) e por 6,6% (r.part.). A parte qualitativa da pesquisa nos permite averiguar maneiras mais elaboradas de tratar esta questão por parte dos alunos. No caso do sentimento de indiferença mais sentido pelos alunos da rede pública, podemos perceber, com a análise qualitativa, que os sentimentos experimentados pelos alunos beiram a frustração e a desesperança, como se já estivessem desistindo de ter esperança. Os alunos da rede pública podem ser considerados mais realistas ou até pessimistas em relação ao futuro do país. Por isso, quando perguntamos sobre os sentimentos que possuem, embora o orgulho sempre apareça, os que vêm primeiro são os sentimentos negativos. Em termos gerais, os jovens sentem orgulho do Brasil quando pensam no povo brasileiro e na riqueza, tanto natural quanto cultural de nosso país, e até mesmo na Copa do Mundo de futebol, embora estas formas de ver o país fiquem mais evidentes nas entrevistas nos alunos da rede particular. Na visão dos jovens em geral, nosso povo é formado por gente trabalhadora, “gente boa”, gente afetiva e carinhosa, gente alegre e pacífica cujo potencial é tremendo, porém pouco aproveitado. Esta é uma opinião bastante recorrente. A vergonha vem, principalmente, da reflexão sobre a política. Na visão dos alunos, a política brasileira é o grande problema, pois é atrelada à ineficiência e à corrupção. O medo da violência é outro problema dos mais citados

e que causa vergonha. Outros tantos problemas enumerados pelos alunos são causas da vergonha sentida por eles. Exploraremos em momento posterior deste relatório quais são estes problemas e como eles aparecem dependendo da rede de ensino.

Perguntamos aos jovens se eles se preocupam com os problemas nacionais e as respostas que obtivemos foram as seguintes:

**Você se preocupa com os problemas nacionais? (números totais)**

Você se preocupa? Quanto?	Percentual (%)
Muito	51,2
Mais ou menos	38,2
Pouco	9,3
Nada	1,3
Total	100,0

Um pouco mais da metade dos jovens (51,2%) diz se preocupar muito com os problemas nacionais e este comportamento é também semelhante segundo as redes de ensino. Na rede particular este número ainda cresce um pouco mais chegando a 56,5% e cai nas demais escolas ficando em 47,1% na rede pública e em 46,9% na rede pública de excelência, um pouco menos da metade nesses dois casos. Isso revela que os jovens têm preocupações com as questões do país, o que só comprova o sentimento geral suscitado por esta pesquisa de que há bastante questionamento e bastante vontade de mudança segundo as opiniões da juventude.

**Você é informado sobre a situação política do país?**

Você é informado sobre a situação política do país?	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública excelência	Rede particular
Muito	9,7	17,4	22,9
Mais ou menos	65,1	59,2	61,8
Pouco	20,9	20,7	14,4
Não me interessa	4,3	2,8	0,9
Total	100,0	100,0	100,0

Neste sentido, é importante saber se os jovens têm interesse em se informar sobre os assuntos relativos ao país, porque isto revela um pouco do envolvimento cívico que eles possam vir a ter, ou seja, se, ao preocupar-se com os assuntos públicos, deixa-se de lado apenas as preocupações privadas e se participa das questões coletivas. Os dados de nossa pesquisa nos dão uma boa noção sobre isso, mas vale lembrar que a pergunta destinada a esta curiosidade tratava-se de uma auto-observação sobre como os jovens consideravam a eles mesmos, individualmente, muito informados, mais ou menos informados, pouco informados ou se não têm interesse sobre os assuntos políticos do país. Em média, 63% dos alunos se dizem mais ou menos informados sobre os assuntos políticos do país. Na rede pública, apenas 9,7% se considera muito informado, enquanto na rede pública de excelência este número chega a 17,4% e na rede particular chega a 22,9%. O mais alto grau de desinteresse sobre estes assuntos está na rede pública com 4,3% dos jovens tendo respondido que “não se interessam”. Levando em conta o caráter de auto-declaração desta questão, talvez seja

possível afirmar que os jovens da rede pública se consideram menos informados e interessados pelos assuntos políticos do país.

C) Confiança:

Esta parte de nossa análise é muito relevante, pois ao indagarmos sobre a confiança dos jovens nas instituições sociais e políticas que constituem o aparato institucional de nosso país, estamos tentando perceber a legitimidade que detêm perante eles. O tema da legitimidade institucional é muito caro para o debate sociológico na medida em que consideramos que apenas instituições que dispõem de boa legitimidade subsistem às tendências de transformação social. A cultura cívica, portanto, significa o compartilhar dos valores e demandas que constroem socialmente as estruturas sociais e políticas que experimentamos.

Indagados sobre o quanto confiam nas diferentes instituições sociais que compõe a sociedade brasileira, os alunos demonstraram-se bastante interessados, politizados, informados e, principalmente, preocupados com o que vem se passando neste país. As instituições nas quais os alunos mais confiam (somando-se as variáveis de muita confiança com alguma confiança), independentemente da rede de ensino às quais pertencem, são a família (97,3%), em primeiro lugar e a escola (90,4%), logo em seguida. A universidade é alvo também de muita confiança por parte deles (93%).

Estes mesmos dados analisados por rede de ensino, com exceção da confiança na família que aparece de maneira semelhante, apresentam nuances importantes. Lembra-se apenas que esta diferença em relação à confiança na universidade já foi apresentada em momento anterior deste relatório. Segue abaixo, portanto, a análise diferencial sobre a confiança dos alunos na escola.

**Confiança na escola (dados por rede de ensino)**

O quanto de confiança você tem na escola?	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública excelência	Rede particular
Muita	55,1	50,7	55,0
Alguma	29,7	39,4	39,9
Pouca	12,3	7,0	4,4
Nenhuma	2,9	2,3	0,5
Não respondeu	-	0,5	0,2
Total	100,0	100,0	100,0

É interessante perceber que os alunos da rede pública confiam menos na escola do que os das demais redes. Somando as opções muita e alguma confiança e considerando este um nível alto de confiança, 84,8% dos alunos da rede pública têm alta confiança na escola enquanto este número chega a 90,1% na *r.p.e.* e a 94,9% na rede particular.

Indagamos aos alunos sobre a confiança que depositam nas demais instituições sociais e políticas. Considerando a família, a escola e a universidade como instituições mais ligadas à personalidade, pois são instituições que determinam e acompanham a trajetória individual dos jovens subsistindo perante suas subjetividades, acrescentaria, tal como um bloco de análise, a instituição igreja como integrante deste tipo institucional. Esta análise também já foi feita em momento anterior deste relatório, de maneira que, com ela, se encerra uma observação acerca das instituições que podem ser consideradas referidas a uma esfera privada da vida destes jovens. Apenas no caso do ensino público, seja escolar ou universitário, esta afirmação



poderia não ser conveniente. Entretanto, mesmo sendo instituições de cunho republicano, podem ainda ser entendidas como referidas ao mundo particular das subjetividades. Desta forma, podemos abrir um novo bloco de instituições, de caráter público, sobre as quais queremos medir a confiança juvenil.

Perguntamos o quanto os jovens confiam nas seguintes instituições: partidos políticos, políticos profissionais, militares, polícia, ONGs, poder judiciário e poder legislativo (Senado e Câmara). Os resultados foram os seguintes:

**Confiança nos partidos políticos (dados por rede de ensino)**

O quanto de confiança você tem nos partidos?	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública excelência	Rede particular
Muita	1,7	2,3	3,2
Alguma	11,4	13,6	29,4
Pouca	50,9	46,5	44,7
Nenhuma	35,7	36,6	21,6
Não respondeu	0,3	0,9	1,1
Total	100,0	100,0	100,0

A confiança nos partidos políticos se revelou extremamente baixa nos três tipos de escola. Considerando os dados gerais, sem desmembrá-los por rede de ensino, temos que 77,9% dos jovens pesquisados confiam pouco ou nada nos partidos. E ainda é mais interessante perceber que desmembrado por rede há uma diferença importante: na rede pública este número cresce para 86,7%, na rede pública de excelência para 83,1% e apenas na rede particular este número fica abaixo da média com 66,3%. Os alunos da rede particular parecem, portanto, confiar um pouco mais nos partidos políticos do que os demais alunos pesquisados, embora seu nível de desaprovação seja também alto.

**Confiança nos políticos profissionais (dados por rede de ensino)**

O quanto de confiança você tem nos políticos?	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública excelência	Rede particular
Muita	1,1	0,9	0,9
Alguma	8,3	10,4	14,5
Pouca	38,0	32,2	48,5
Nenhuma	52,6	56,4	36,0
Total	100,0	100,0	100,0

Procuramos saber também se há alguma diferença de percepção entre a confiança nos partidos e nos políticos diretamente, para ver se verificamos nuances no diagnóstico juvenil do local ou dos locais nos quais a política não deve ser confiável. Percebe-se, então, que os alunos da rede pública confiam ainda menos nos políticos, com 90,6% de desaprovação (confiam pouco e nada); na rede pública de excelência a desaprovação é também maior, com 88,6% e na rede particular há um crescimento mais significativo de desaprovação dos



políticos com 84,5%. Com isso é possível afirmar que é na figura do político profissional que reside a descrença e a desconfiança dos jovens em relação ao funcionamento democrático. Principalmente, como bem mostrou o relatório do ano anterior desta pesquisa no qual algumas primeiras observações já começaram a serem feitas, após os escândalos de corrupção no Congresso Nacional a confiança dos jovens nos políticos diminuiu ainda mais. No caso deste relatório presente, pudemos participar da feitura de grupos focais com os jovens em período de eleições nacionais e, por causa disso, muitos dos assuntos passados foram retomados e muitos outros questionamentos foram levantados.

Perguntamos sobre a confiança que depositam nos militares e encontramos algo interessante. Os alunos têm uma confiança reduzida nos militares, mas ainda há confiança. 36,1% de todos os alunos entrevistados têm alguma confiança nos militares, mas 34,1% têm pouca confiança e 19,1% não tem confiança nenhuma. Considerando os alunos por rede de ensino, na rede pública é onde há a maior confiança nos militares: 16,6% confiam muito, enquanto este número é de 7,5% na rede pública de excelência e 5,7% na rede particular (conforme tabela abaixo).

#### Confiança nos militares (dados por rede de ensino)

O quanto de confiança você tem nos militares?	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública excelência	Rede particular
Muita	16,6	7,5	5,7
Alguma	32,9	41,3	36,2
Pouca	32,6	32,9	36,0
Nenhuma	17,7	17,4	21,1
Não respondeu	0,3	0,9	0,9
Total	100,0	100,0	100,0

Sobre a confiança depositada na polícia, os jovens responderam da seguinte maneira: considerado os números totais 79,1% dos jovens tem pouca e nenhuma confiança na polícia. A desconfiança com relação à polícia é unânime nas três redes de ensino, mas vale apontar que, a despeito de números bastante parecidos de alguma, pouca e nenhuma confiança, 5,4% dos alunos da rede pública ainda disseram ter muita confiança na polícia, enquanto nas demais redes este número é quase irrisório.

#### Confiança na polícia (dados por rede de ensino)

O quanto de confiança você tem nos militares?	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública excelência	Rede particular
Muita	5,4	1,9	0,7
Alguma	17,4	18,3	17,6
Pouca	43,7	50,2	47,6
Nenhuma	33,1	28,6	33,4
Não respondeu	0,3	0,9	0,7
Total	100,0	100,0	100,0

Nossa pesquisa quis saber sobre a relação dos alunos com organizações não-governamentais, se confiam neste tipo de trabalho. É interessante que 40,9% dos alunos da rede pública disseram ter muita confiança nas ONGs e 32,9% com alguma confiança, somando 73,8% de aprovação deste tipo de organização na rede pública. Este número é até um pouco mais alto nas demais escolas chegando a 76,5% nas escolas da rede pública de excelência e 83,5% na rede particular. Vê-se, com o auxílio destes dados, que, embora não tenham o hábito de participar de projetos sociais (como visto anteriormente), a maioria dos jovens vê com muito bons olhos a existência das ONGs.

### Confiança nas ONGs

O quanto de confiança você tem nas ONGs?	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública excelência	Rede particular
Muita	40,9	26,3	34,6
Alguma	32,9	50,2	48,9
Pouca	18,0	18,3	12,2
Nenhuma	7,4	4,7	3,2
Não respondeu	0,6	0,5	1,1
Total	100,0	100,0	100,0

### Considerações finais

As informações descritas acima oferecem uma boa noção sobre o perfil dos jovens pesquisados e sobre algumas outras questões relevantes ligadas ao debate da cultura cívica. Até este momento da análise, pode-se dizer que a participação dos jovens na vida associativa é baixa, principalmente porque eles parecem não estar habituados às práticas de organização coletiva democrática. As primeiras experiências que se pode ter destas práticas seriam as atividades que eles desempenham na vida de estudante em atividades extracurriculares ou em associações estudantis, como os grêmios. Mas neste ponto também há baixo envolvimento. Em algumas escolas, entretanto, este tipo de prática é fomentado e, nestes casos, os alunos demonstram uma maior participação, cujos efeitos parecem propiciar-lhes um maior entendimento prático de como as decisões podem ser tomadas em grupo, de maneira democrática e igualitária. Geralmente, é através deste tipo de habituação cívica que se começa a sentir os efeitos positivos do civismo para a vivência coletiva em sociedade e, a partir de então, a valorização da cultura cívica pode ser difundida nas demais esferas da vida, em sua dimensão política, e inclusive na esfera institucional. Verificamos, portanto, que esta não tem sido uma prática comum na sociabilidade dos jovens cariocas em nenhuma das redes de ensino, com principal gravidade para a rede pública onde os níveis de participação são menores.

Mas, independente da participação efetiva, quando atentamos para as demais formas de se vivenciar a cultura política, seja pela preocupação com as questões públicas, seja pelos sentimentos pelo país, seja pelo interesse em se informar sobre a política, os alunos se demonstram bastante incomodados e com vontade e força para a ação transformadora. Entretanto, parece que a dificuldade encontrada por eles é conseguir dar vazão às suas

inquietações através de canais e instituições que lhes sejam confiáveis e que lhes façam sentido. Por isso, ao analisarmos o quanto os jovens confiam em determinadas instituições, pudemos perceber que é nas instituições relativas às suas vidas pessoais que eles mais confiam as instituições que representam a esfera pública são vistas de forma bastante negativa, com exceção das ONGs, que, mesmo servindo ao interesse público, é mais um canal alternativo de ação, como um canal da sociedade civil.

Enfim, embora ainda existam inúmeras análises a serem feitas, terminaremos aqui esta primeira etapa de análise dos resultados da pesquisa. Vale lembrar que o banco de dados de que dispomos nos fornecerá subsídios para desenvolvermos análises futuras que serão apresentadas após o trabalho que se completará no próximo ano da pesquisa.

### **Referências**

ALMOND, G.; VERBA, S. The civic culture: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963].

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus Ltda., 1990.

BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero Ltda, 1983.

CARVALHO, J.M. A Construção da Cidadania. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1993.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Cidade escassa e violência urbana. Série Estudos, Rio de Janeiro, v. 91, p. 259-269, 1995.

DUMONT, Louis. O Individualismo. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

GIDDENS, Anthony. A Constituição da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HABERMANS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984a.

LAFER, Celso. A Reconstrução dos Direitos Humanos. São Paulo: Cia Letras, 1991.

MARSHALL, T.H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

NOVAES, R. C. R. (Org.) ; PORTO, M. (Org.) ; HENRIQUES, R. (Org.) . Juventude, Cultura e Cidadania. Rio de Janeiro: ISER, 2002.

\_\_\_\_\_. ; CUNHA, C. V. . A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. In: Andrés A. Thompson. (Org.). Associando-se à Juventude para construir o futuro. São Paulo: Peirópolis, 2006, v. , p. 107-148.

\_\_\_\_\_. Juventude e Políticas Públicas: o que há de novo? Juventude.br, São Paulo, v. vol 1, n. ano 1, p. 55-56, 2006.

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia : a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1997.

REIS, Elisa. Elites Agrárias, State Building e autoritarismo. *Dados*, 3, 1982.

RIBEIRO, João Ubaldo. Política: quem manda, por que manda, como manda. 3.ed.rev. Por Lucia Hippolito. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

RIBEIRO, Renato Janine. A República. São Paulo: Publifolha, 2001. (Folha Explica).

SANTOS, W. G. Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SENNET, Richard. O declínio do homem público. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: EdUFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

TOCQUEVILLE, Alexis de. Democracia na América. São Paulo: Edusp, 1989.

TURNER, Brian. Outline of a Theory of Citizenship. *Sociology*, 24, May, 1990.

WEBER, Max. A política como vocação. In: GERTH; MILLS (Ed.) *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982. p. 374-370.

WERNECK VIANNA, Luiz. A revolução passiva. Rio de Janeiro: Revan, 1997.